

# Por uma Sociologia do campesinado indígena no Brasil

As populações indígenas do território brasileiro têm sido classificadas genericamente como "grupos silvícolas", definidos como pertencentes ao tipo clássico de grupos primitivos, praticantes da caça, da pesca e de uma agricultura extremamente rudimentar. Tal definição se encontra em documentos do Bureau International du Travail<sup>(1)</sup> e se apóia em sistematizações etnológicas como a conhecida tipologia de Steward para as culturas indígenas da América do Sul<sup>(2)</sup>. Outras características sociais e culturais desses silvícolas referem-se às si-

tuações típicas dos grupos tribais anteriores ao contato interétnico, significando isso que a realidade da mudança sócio-cultural não chegou a constituir critério utilizado para a construção tipológica. As regiões que abrigam essas populações silvícolas seriam aquelas geográficas e ecológicamente identificadas como de florestas "tropical" ou "equatorial", situadas no norte do País e em sua faixa litoral oceânica. Fora dessas áreas, o tipo "marginal" de Steward procura dar conta de grupos tribais ainda mais rústicos, sobretudo do ponto-de-vista eco-

nômico, voltados para a caça e a coleta e inseridos em sua quase totalidade nas regiões de savana<sup>(3)</sup>. O termo marginal é aqui aplicado para identificar aquelas culturas indígenas que não podem ser classificadas como de "floresta tropical"; o conceito tem assim um caráter residual, abrangendo uma pluralidade de sistemas culturais que, sob outro critério taxonômico, não caberiam numa única classe. E quando se considera os efeitos da situação de contato na configuração dos sistemas sócio-culturais, a classificação se complica bastante. A O.I.T., através daquele documento, descartou-se desse último conceito, usando o termo marginal para mencionar os grupos que "perderam os caracteres culturais e tribais que lhes eram tradicionais sem poderem todavia se assimilar à coletividade rural, tiveram de se empregar nas diversas atividades (*plantations*, trabalhos agrícolas sazonais) e participam freqüentemente na coleta do caucho"<sup>(4)</sup>. Essas populações marginalizadas — no sentido da O.I.T. —, somadas a uma parte expressiva dos grupos indígenas assistidos pela Fundação Nacional do Índio<sup>(5)</sup>, constituem um conjunto de remanescentes tribais cujo estudo muito poderá esclarecer sobre o campesinado indígena no Brasil. Em primeiro lugar, sobre a existência mesma desse campesinado. Em segundo, sobre sua natureza, valendo-se para tanto dos recursos da investigação comparativa. E o que a meu

ver vem dificultando, senão impedindo, tal ordem de estudo é o que ousou chamar de preconceito etnológico, a saber a concepção firmada sobre as culturas tribais "puras", não tocadas pelo contato interétnico.

O estudo das relações entre os núcleos indígenas e a população nacional circundante vem sendo modernamente desenvolvido no Brasil segundo pelo menos duas perspectivas: operacionalizando-se ou a noção de aculturação<sup>(6)</sup> ou a de fricção interétnica<sup>(7)</sup>. O emprêgo da noção de aculturação privilegia a cultura como foco de investigação, enquanto a de fricção interétnica toma o sistema de relações sociais como objeto principal de análise, com a intenção de construir modelos de sistemas interétnicos. É a partir desses últimos trabalhos, voltados para os aspectos mais sociológicos do contato interétnico, que a presença de um campesinado indígena vem se colocando como uma questão do maior interesse. O preconceito etnológico que se mencionou atrás é anulado diante do acúmulo de evidências proporcionadas por investigações que mostram as sociedades indígenas como "sociedades parciais" (ou "*par societies*", na aceção de Kroeber e de Redfield), isto é, como partes de um *todo* chamado sociedade nacional. Se bem que nem todos os grupos indígenas podem ser classificados como integrados à sociedade nacional, não sendo portanto parte do todo maior, um conjunto expres-

sivo dêles (78,2%)<sup>(8)</sup> não poderá ser estudado sem se considerar sistematicamente a presença da sociedade nacional e de seus segmentos regionais.

Mas o preconceito que cerca os estudos sobre o campesinado indígena no Brasil não é devido apenas a essa sorte de prevenção etnológica; observa-se também uma grande dose de prevenção ideológica, que chega a negar a existência de um campesinado no Brasil, não somente indígena, mas "caboclo", isto é, do alienígena europeu implantado no País pela migração, ou do mestiço brasileiro surgido do caldeamento racial secular. A figura do camponês — que alguns jovens antropólogos brasileiros buscam deslindar sua natureza e a estrutura do sistema social que o engendrou<sup>(9)</sup> — tem sido muitas vezes camuflada nos trabalhos científicos pelas implicações políticas que acarreta ou pelo fato de seu uso pouco contribuir para a compreensão e explicação do mundo rural, pobre<sup>(10)</sup>, da sociedade brasileira. Ao lado da reavaliação que se processa da noção de camponês, como capaz de ser instrumentalizada para o conhecimento do Brasil rural, o estudo do indígena como um tipo particular de camponês impõe-se como um teste indispensável à teoria do campesinado na América.

Os dois tipos identificados por Wolf<sup>(11)</sup> de comunidades campesinas na América Latina representam aproximações razoáveis do campesinado brasileiro:

se o tipo de comunidade "aberta", possuidora de alto índice de ostentação e de uma pluralidade de sub-culturas retrata esquematicamente o camponês não-indígena, parece que o tipo de comunidade "fechada", corporativa e organizada nos termos de uma única sub-cultura expressa, grosso modo, um setor ponderável dos grupos indígenas remanescentes. Todavia, este último tipo Wolf aponta como enconstrução nos altiplanos da América Latina, enquanto o primeiro tipo ocorreria nas planícies úmidas e terras tropicais. Verifica-se aí, mais uma vez, que o preconceito etnológico, responsável pela ausência do camponês indígena brasileiro na literatura especializada, alcançou por vias transversas o exame de Wolf do campesinado latino-americano, prejudicando seu conhecimento da realidade brasileira. Não obstante, as características inerentes ao segundo tipo permitem-nos identificar talvez um tipo geral de comunidade campesina indígena no Brasil. Nesse sentido a tipologia wolfiana é mais fecunda ao nosso estudo do que a construída por Kalervo Oberg<sup>(12)</sup> precisamente para classificar as modalidades de ser camponês no Brasil.

Segundo Oberg, têm lugar no Brasil quatro tipos de estabelecimentos agrícolas: 1) a "plantation", 2) a fazenda mista, de gado e produtora de manteiga e queijo (tipo Minas), 3) a fazenda de gado para corte, e 4) o pequeno proprietário ou arren-

datários produtores de alimentos. Um quinto tipo — que não merece propriamente o título de estabelecimento conforme o próprio Autor — é proposto para enfeixar o pequeno produtor de subsistência, o “roceiro”, originalmente agregado, dependente ou quase-servo; trata-se de indivíduos que vivem em pequenas porções de terra, por eles próprios cultivadas, mas que não são de sua propriedade. A esses indivíduos chama de “camponeses marginais” (marginal peasant). O empirismo dessa tipologia, se não nos oferece critérios mais refinados para a análise do campesinado no Brasil, indica-nos ao menos a procedência da aplicação do conceito de camponês (marginal) a uma larga faixa da sociedade rural indígena e não-indígena. Mas nenhuma das tipologias dá conta inteiramente do campesinado no Brasil e, particularmente, do que chamamos de campesinado indígena.

Tomemos, por exemplo, os *Terêna* do sul de Mato Grosso, os *Kaingang* do Paraná, de S. Paulo ou de Santa Catarina, os *Maxakali* da região do rio Jequitinhonha em Minas Gerais, os *Potiguara* da Paraíba, no nordeste, os *Makuxi* do Roraima, entre outros, como objeto de pesquisas recentemente concluídas ou em processo de execução por nossos colaboradores ou antigos estudantes<sup>(13)</sup>. Os estudos desses grupos indígenas feitos do ponto de vista da fricção interétnica oferecem evidências tais que nos permitem classifi-

cá-los como comunidades cam-pesinas. Guardam em comum um conjunto de características que tornam secundárias as diferenças culturais, i. e., de cultura tribal, que ainda sobrevivem. Algumas dessas características, provavelmente as mais gerais, permitem-nos contrastar — com resultados bastante sugestivos — o campesinado indígena brasileiro com a modalidade talvez a mais difundida de campesinado indígena na Mesoamérica. Nesta os índios articulam-se com os ladinos através de relações comerciais colocando no mercado o excedente de sua produção. Referindo-se particularmente aos *Maia* do México e da Guatemala, Stavenhagen escreve que “o índio participa nessas relações (interétnicas) como produtor e consumidor; o ladino sempre é comerciante, o intermediário, o credor. A maioria dos índios entra em relações econômicas e sociais com os ladinos ao nível da atividade comercial, não no nível do trabalho assalariado. São justamente as relações comerciais as que ligam o mundo indígena com a região sócio-econômica a que está integrado, e com a sociedade regional, assim como com a economia mundial”<sup>(14)</sup>. No Brasil, embora caiba dizer que o índio não está totalmente imune à economia mundial, tal se dá pelo único fato de seus territórios conterem espécies florestais ou abrigarem emprêsas alienígenas (“plantations”, fazendas agro-pastoris, minérios, etc.), cujos produtos são afeta-

dos pelo mercado internacional. Mas em absoluto são os bens produzidos pelos camponeses indígenas os responsáveis por sua inserção numa economia que transcenda sequer a escala local<sup>(15)</sup>. Sua inserção no mercado local e regional tem lugar através de sua participação no mercado de trabalho, significando isso que o índio se relaciona com o regional ao nível do trabalho em suas mais diferentes modalidades, e não apenas na forma assalariada.

Dois outros aspectos também podem ser comparados e contrastados. Um é a posse e o uso da terra, outro a dependência ou a independência do índio camponês na organização de sua economia e de sua vida social. Com relação ao primeiro aspecto, pode-se dizer que o camponês indígena mesoamericano tende a gozar da propriedade individual da terra<sup>(16)</sup> e a utiliza como meio de produção, interessado em colocar seus produtos no mercado; o camponês indígena no Brasil tem a posse comunal da terra (não possui a propriedade, pois esta é do Governo Federal) e a utiliza basicamente para seus roçados de subsistência e como "terra de moradia", entendendo-se por isso utilizar-se de sua terra como território tribal a fim de permitir a persistência do grupo enquanto unidade comunitária. Além do mais, as terras indígenas quando não são de todo espoliadas dos grupos tribais, usufruem do estatuto de "reserva",

o que quer dizer, em termos da política indigenista oficial, constituem territórios de populações "tuteladas", cujos indivíduos — enquanto índios — não têm as prerrogativas do cidadão comum e são considerados "menores" diante da Lei. Esse aspecto confere uma dependência quase absoluta do índio ao alienígena, representado pelo órgão governamental, a Fundação Nacional do Índio, dirigida pelo Ministério do Interior. Na Meso-América, as comunidades indígenas aparentam ter uma autonomia que não se observa no Brasil, posto que "o governo comunitário está nas mãos das autoridades indígenas chamadas *principais*, que são chefes de famílias e de linhagens que lograram um prestígio particular devido aos serviços prestados à comunidade e por vezes aos poderes sobrenaturais que lhe são atribuídos por outros membros da comunidade"<sup>(17)</sup>. Nos grupos indígenas do Brasil, especialmente naqueles classificáveis como campesinos, a chefia via de regra está nas mãos de prepostos da Fundação Nacional do Índio, cuja qualificação para o cargo prende-se mais à sua eficácia na transmissão de ordens provindas dos Encarregados de Postos e da fiscalização de seu cumprimento, do que pela confiança que possam merecer de seus pares. Mesmo quando estes podem escolher seu *tuxáua* ou "capitão", o escolhido não ter sua autoridade reconhecida pelo órgão assistencial. A

rigor, cabe dizer que êsses grupos indígenas participam do status de "nações ocupadas" e seus indivíduos o de cidadãos de "segunda classe".

A preocupação de contrastar essas formas polares de atualização da sociedade campezina na América Latina justifica-se — a meu ver — diante da necessidade de construirmos um modelo bastante geral que permita explicar, por meio de um certo jôgo de permutações, a variedade empírica de sociedades campezinas. O modelo aqui proposto não passa de uma mera tentativa, uma vez que minhas investigações e de meus colaboradores<sup>(18)</sup> ainda estão se desenvolvendo. Contudo, parece-me oportuno divulgar essa formulação preliminar do modelo numa publicação de justa homenagem ao Professor Thales de Azevedo, quem pioneiramente explorou as possibilidades da antropologia social no estudo de grupos e instituições da sociedade brasileira. Esquemáticamente, o modelo consiste de dois tipos extremos, indicados respectivamente com as letras A e B.

#### A

- (1) Posse comunal da terra e uso para subsistência
- (2) Mercado de mão-de-obra
- (3) Dependência política

#### B

- (1') Propriedade individual da terra e seu emprêgo para produção de excedentes

- (2') Mercado de bens (comércio local ou regional)
- (3') Independência política

É necessário esclarecer que as relações perpendiculares internas aos modelos, i. e., entre (1) e (2) e (3) e entre (1'), (2') e (3'), constituem um foco especial de análise, uma vez que são elas que configuram efetivamente a dinâmica social de interesse primordial da investigação. Horizontalmente, a saber, entre um e outro tipo, há um "gradient" em que sempre se poderá situar as sociedades campezinas concretas. Mais próximo do tipo A estão os remanescentes tribais do Brasil, enquanto mais próximas do tipo B estariam as sociedades *Maya* da Meso-América. O que não significa que não se possa encontrar empiricamente sociedades campezinas indígenas que apresentem características divergentes daquelas constitutivas do tipo que com maior freqüência pode ser encontrado no Brasil ou na Meso-América. Um modelo dessa natureza, destinado ao estudo da ordem rural no Brasil (e não apenas indígena) foi construído por um dos mais eficientes membros<sup>(19)</sup> da equipe de pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, e vem demonstrando sua fecundidade na investigação comparada de diferentes categorias sociais, desde o camponês mais tradicionalista até o proletário rural mais modernizado. Nesse modelo — que não cabe aqui mais do que esta referência — o campesinado in-

dígena, no modo como se manifesta no Brasil, não seria outra coisa que um sub-tipo do campesinado brasileiro.

Como conclusão pode-se dizer que a instrumentalização da noção de campesinado na pesquisa dos remanescentes indígenas do Brasil representará uma revalorização dessas "sociedades parciais", geralmente postas de lado pelo etnólogo interessado nas "culturas tribais" ou pelo sociólogo devotado ao estudo da sociedade nacional. Uma linha de produção de pesquisas destinadas à descrição e à análise

comparativa das sociedades cam-pesinas indígenas também contribuirá para uma avaliação da política indigenista oficial, na medida em que a noção de campesinado indígena integra a "questão indígena" na problemática nacional, já agora como uma "questão agrária". Sugere, outro tanto, que o indigenismo oficial, enquanto ideologia política, tenderá a se esvaziar e, quem sabe, ser substituído por uma perspectiva mais globalizante susceptível de tratar o remanescente indígena como um tipo particular de camponês.

#### ROBERTO CARDOSO DE OLIVEIRA

N.R. Este trabalho foi apresentado em sua forma original à seção "Sociologia y Antropologia de las Poblaciones Indigenas y Campesinas" do IX Congresso Latino-Americano de Sociologia, realizado na Cidade do México, entre 21 e 25 de novembro de 1969.

1 *Les populations aborigènes: conditions de vie et de travail des populations autochtones des pays indépendants*. Genève, Bureau International du Travail, 1953 (Etudes et Documents, nouvelle série, 35).

2 Steward, Julian H., ed. *Handbook of South American Indians*. Washington, Smithsonian Institution, Bureau of American Ethnology, 1946-1959. 6v.

3 *Ibid.*, v. 1.

4 *Op. cit.* nota 1, p. 240.

5 A O. I. T., através do documento citado, parece criar uma categoria específica para os índios assistidos pelo antigo Serviço de Proteção aos Índios, hoje Fundação Nacional do Índio, distinguindo-os dos "silvícolas" (que considera "populações inacessíveis") e dos "marginais". (*Op. cit.* nota 1, p. 236-40).

6 Wagley, Charles & Galvão, Eduardo. *The Tenetehara Indians of Brazil: a culture in transition*. New York, Columbia University, 1949. — Watson, James B. Cayua culture change: a study in acculturation and methodology. *Bulletin of the American Anthropological Association*. Beloit, Wis., 54 (2) 1952. — Silva, Fernando Altenfelder. Mudança cultural dos Terena. *Revista do Museu Paulista*. São Paulo, 3, 1949. — Schaden, Egon. Aspectos fundamentais da cultura

guarani. *Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras*. São Paulo, USP, 188, 1954. Essas são as monografias mais expressivas. Acrescente-se ainda um ensaio avaliativo da bibliografia sobre o contato e a mudança cultural, escrito por Egon Schaden, e que contém algumas análises do autor sobre dados colhidos de primeira mão de índios Guaraní e do Xingu (Schaden, Egon. *Aculturação indígena. Revista de antropologia*. São Paulo (1, 2) 1965.

<sup>7</sup> Oliveira, Roberto Cardoso de. *O índio e o mundo dos brancos: a situação dos Tukuna do Alto Solimões*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1964. — Laraia, Roque de Barros & Matta, Roberto da. *Índios e Castanheiros: a empresa extrativa e os índios no médio Tocantins*. São Paulo, Dif. Eur. do Liv., 1967. — Melatti, Julio C. *Índios e criadores; a situação dos Kraho na área pastoril do Tocantins*. Rio de Janeiro, Universidade Federal, Instituto de Ciências Sociais, 1967 (Monografias, 3). Embora os livros sobre os Terêna, de Oliveira, Roberto Cardoso de. *O processo de assimilação dos Terêna*. Rio de Janeiro, Museu Nacional, 1960. — Id. *Urbanização e tribalismo; a integração dos índios Terêna numa sociedade de classe*. Rio de Janeiro, Zahar, 1968, não empreguem sistematicamente o conceito de ficção interétnica, a perspectiva adotada é basicamente sociológica. Sobre uma discussão mais ampla da noção de fricção interétnica, vide Id. Problemas e hipóteses relativos à fricção interétnica; sugestões para uma metodologia. *América indígena*. México, 28 (2) 1968.

<sup>8</sup> Cf. Oliveira, Roberto Cardoso de. El desarrollo de los grupos silvícolas del Brasil. *Anuario indigenista*. México, 28, 1968. Nesse informe dou uma cifra aproximada dos grupos "isolados" e discuto sua não-inserção em sistemas interétnicos. Numa outra oportunidade, no "Simposium" promovido pela Wenner-Gren Foundation, realizado no Burg Wartenstein, Áustria, e denominado "The Ongoing Evolution of Latin American Populations", volto ao problema discutindo-o de modo mais profundo e em colaboração com Luiz de Castro Faria ("Interethnic Contact and the Stud of Populations", agosto de 1969).

<sup>9</sup> Velho, Otávio G.C.A. Análise preliminar de uma frente de expansão da sociedade brasileira. *Revista do Instituto de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, Universidade Federal, 4 (1) 1967. — Id. O conceito de camponês e sua aplicação à análise do meio rural brasileiro. *América Latina*. Rio de Janeiro, 12 (1) 1969. — Id. *Camponeses e proletário no campo brasileiro*. Ms. Rio de Janeiro, Universidade Federal, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social / Museu Nacional, Divisão de Antropologia.

<sup>10</sup> Entre outros que tendem a definir o camponês como o pobre do campo, vide Foster, George M. "Peasant society and the image of limited good". In: Potter, Diaz & Foster, ed. *Peasant society; a reader*. Boston, Little, Brown, 1967.

<sup>11</sup> Wolf, Eric R. Types of Latin American peasantry: a preliminary discussion. *American Anthropologist*. Beloit, Wis., 57: 452-71, 1955 (Ibid. In: Dalton, George, ed. *Tribal and peasant economies*. New York, The Natural History Press, 1967).

<sup>12</sup> Oberg, Kalervo. The marginal peasant in rural Brazil. *American Anthropologist*. Belcit, Wis., 67 (6) 1965.

<sup>13</sup> Tirando os Terêna, estudados pelo autor (Cf. nota 7), os *Kaingang* do Paraná estão sendo estudados por Cecília Vieira Helm, os de Santa Catarina e os *Xokleng* por Silvio dos Santos Coelho, os *Maxakali* foram estudados por Marcos Magalhães Rubinger e Maria Stella Amorim, os *Makuxi* por Edson Diniz e os *Potiguara* por Paulo Marcos Amorim. Pesquisadores de diferentes instituições científicas formularam seus projetos de pesquisa durante estágios na Divisão de Antropologia do Museu Nacional, Rio de Janeiro, e no âmbito de nossos programas de investigação.

<sup>14</sup> Stavenhagen, Rodolfo. Classes, colonialismo y aculturación; ensayo sobre un sistema de relaciones interétnicas en Mesoamérica. *América Latina*. Rio de Janeiro, 6 (4): 80, 1963.

15 Como exceção à regra, talvez se possa indicar os *Kaingang* do Rio Grande do Sul, produtores de trigo e milho, e organizados por Postos Indígenas, instituídos já pelo antigo Serviço de Proteção aos Índios como empresas agrícolas.

16 Cf. Stavenhagen, Rodolfo. *Essai comparatif sur les classes sociales rurales et la stratification dans quelques pays sous-developpés*. Thèse de 3ème cycle. Paris, Université, 1964. p. 270-85, mimeo.

17 Ibid., p. 300.

18 Cf. nota 13. São pesquisadores que, em diferentes ocasiões, cooperaram com esse estudo.

19 Cf. Velho, *Camponeses e proletários...* cit. nota 9.